Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social

Theory polemics in the Marxian analysis of labor in social work

Raquel Raichelis Degeszajn*

Resumo – O objetivo deste texto é problematizar algumas polêmicas presentes no debate sobre o trabalho no Serviço Social, a partir da perspectiva marxiana da teoria do valor trabalho. Para enfrentar essas questões, o ponto de partida é o tensionamento entre projeto profissional e trabalho assalariado, que coloca para assistentes sociais os dilemas da alienação, uma vez que sua atividade é submetida ao poder dos empregadores, em grande parte o Estado, mas também organizações não governamentais e empresariais. O desafio consiste em apreender as formas pelas quais o trabalho de assistentes sociais ingressa (ou não) no reino do valor, no âmbito da sua inserção como trabalhadores assalariados do setor de serviços, que, com a mundialização e financeirização do capital, vem sendo sofrendo grande expansão e tornando-se fonte de novas formas de extração do valor.

Palavras-chave: Serviço Social; divisão social e técnica do trabalho; valor; trabalho em serviços.

Abstract – This text's objective is to problematize some controversies in the debate about labor in the area of social work, from the Marxian perspective of the labor theory of value. In order to address these issues, the starting point is the tension between professional project and paid work, which places social workers in the dilemmas of alienation, since their activity is submitted to the power of employers, largely the state, but also non-governmental organizations and business sectors. The challenge is to understand the ways in which the work of social workers enters (or not) the realm of value, within the framework of their insertion as salaried employees of the service sector, who, with the globalization and financialization of capital, have been experiencing great expansion and becoming a source of new forms of value extraction.

Keywords: social work; social and technical division of labor; value; work in services.

* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-Doutorado pela Universidade Autônoma de Barcelona/UAB. Professora assistente da PUC-SP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão do PEPG em Serviço Social da PUC-SP. Pesquisadora da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (CEDEPE-PUC-SP) e bolsista produtividade do CNPQ. *Correspondência:* Rua Monte Alegre, 984, Perdizes – São Paulo – SP. CEP: 05014-901. Email: <raichelis@uol.com.br>.

Introdução: os termos do debate

Analisar o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, bem como as polêmicas em torno do trabalho, requer apreendê-lo na dinâmica socio-histórica que configura o campo em que se desenvolve o trabalho profissional, no marco das relações entre o Estado e a sociedade capitalista. Esses marcos, longe de serem lineares, expressam mútuas implicações e contradições resultantes das lutas de classe e dos projetos políticos em disputa pela hegemonia.

O pressuposto é de que a construção de projetos profissionais não se autonomiza das forças sociais e políticas que protagonizam distintos projetos societários, o que abre a possibilidade à categoria profissional de assistentes sociais de estabelecer estratégias políticas que se aliem aos interesses das classes e grupos subalternos, sujeitos da intervenção profissional.

Nesses termos, o projeto profissional, que denominamos *projeto ético-político*, é expressão da construção coletiva do Serviço Social brasileiro nas últimas três décadas, forjado nas lutas dos movimentos sociais contra a ditadura no Brasil e articulado a um projeto societário anticapitalista. Esse se associa à luta mais geral da classe trabalhadora por uma nova ordem societária, igualitária e emancipada.

A partir desse contexto, o Serviço Social brasileiro elaborou um modo de interpretação da profissão na sociedade de classes, na esteira das contribuições de seus mais destacados intelectuais, entre os quais Iamamoto (1982, 2007) e Netto (1992). O ponto de partida dessa análise situa o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, partícipe dos processos de produção e reprodução social por meio das respostas que o Estado e as classes dominantes constroem frente à “questão social”, como expressão das lutas de classes contra a exploração do trabalho e pela apropriação de bens e serviços frutos do trabalho coletivo. Estabelecendo uma ruptura com as atividades voluntárias precedentes e não exercendo sua atividade como profissionais liberais, os trabalhadores assistentes sociais¹ se inserem numa relação de compra e venda de sua força de trabalho em troca de um salário, cujo valor é estabelecido como qualquer outra mercadoria no reino mercantil, na dupla dimensão de valor de uso e valor de troca.

Foi intenso o impacto dessa contribuição para a ruptura do Serviço Social com o legado conservador de sua origem, a partir da qual a análise do significado social da profissão ganha novos patamares, por meio da ampla interlocução com a teoria social marxiana e marxista. As contribuições que decorrem desta aproximação abrem novas e fecundas perspectivas, que passam a direcionar seus valores éticos, as diretrizes curriculares da formação acadêmica, o trabalho profissional, a organização política, bem como

¹ Ao longo do texto adotamos essa redação no sentido de gênero humano e não apenas como gênero masculino.

fundamentar a pesquisa e a produção teórica, impulsionadas pela expansão dos programas de pós-graduação no país e pelo reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento. As implicações desse processo são profundas e incidem na (relativa) autonomia técnica e política deste profissional, subordinado às requisições institucionais para o desenvolvimento do *trabalho socialmente necessário*², combinado e cooperado com os demais trabalhadores sociais nos diferentes espaços ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada.

Trata-se de uma interpretação da profissão que pretende desvendar suas particularidades como parte do trabalho social coletivo, o que supõe a análise articulada do trabalho de assistentes sociais em sua dupla dimensão: de um lado, como trabalho concreto, é expressão do valor de uso³ dotado de qualidade específica que atende a necessidades sociais a partir de suportes intelectuais e materiais para sua realização, cujo exercício profissional passa a ser mediado pelo mercado, dentro de uma crescente divisão do trabalho social. De outro lado, como trabalho abstrato – expressão do valor de troca abstraído de sua qualidade –, representa uma fração do trabalho social total pensado em sua quantidade, como dispêndio de força humana de trabalho. Nesses processos, quantidade e qualidade aparecem como determinações indissociáveis da mercantilização dessa força de trabalho.

Tal concepção de Serviço Social foi objeto de ampla acolhida do meio profissional desde a publicação, em 1982, do livro de Iamamoto e Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, sendo incorporada nas diretrizes curriculares da formação acadêmica e referência do projeto profissional brasileiro. Contudo, precisa ser objeto de contínuo aprofundamento crítico face à dinâmica da reprodução ampliada do capital e das respostas que constrói frente às suas crises cíclicas e estruturais.

Iamamoto (2007), em sua última obra de grande envergadura, *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, enfrenta este enorme desafio retomando as premissas centrais da análise de 1982, de modo a avançar nas reflexões da profissão sob os influxos do desenvolvimento capitalista nos marcos da financeirização do capital. Porém, a autora nos adverte que, apesar da ampla disseminação dessa tese na formação acadêmica, na pesquisa e no trabalho profissional, os fundamentos teórico-metodológicos que lhe servem de base não foram apreendidos em toda sua complexidade pelo coletivo profissional.

Além disso, cabe destacar que Cardoso et al. (1997), em texto publicado no *Caderno Abess* n. 7, sistematizaram o rico debate dos consultores

² Na perspectiva marxiana, dispêndio de força de trabalho humana determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção de valores de uso. Na palavra de Marx (1968, p. 46): “Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”.

³ “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar [a forma capitalista], os valores de uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor de troca” (MARX, 1968, p. 42-43).

da entidade com a apresentação de novos subsídios teóricos para a implementação das diretrizes curriculares aprovadas em 1996. Ademais, eles já alertavam para o fato de que

a consideração do trabalho do assistente social articulado ao processo de valorização não se encontra suficientemente analisada na literatura profissional. Logo um conjunto de questões abre-se ao debate e à investigação sobre as particularidades e mediações necessárias para o trato da relação entre trabalho produtivo e improdutivo, no Serviço Social. (CARDOSO et al., 1997, p. 34).

No caso da literatura e do debate no Serviço Social, observa-se com frequência a ênfase na qualidade e na diferencialidade do trabalho exercido por assistentes sociais em relação a outras profissões. Entretanto, há omissão sobre sua unidade enquanto parte do trabalho social médio comum ao conjunto de trabalhadores assalariados que participam do circuito da produção ou distribuição do valor e/ou da mais-valia.

Na esteira da elaboração de Iamamoto (2007), considero que problematizar o trabalho de assistentes sociais na sociedade capitalista contemporânea supõe pensá-lo como parte do trabalho coletivo submetido, portanto, às determinações e constrangimentos semelhantes àqueles que subordinam o conjunto dos trabalhadores assalariados. Isso supõe ultrapassar a visão que reduz a prática de assistentes sociais a uma relação dual e face a face entre profissionais e sujeitos a quem presta serviços (RAICHELIS, 2011).

A ausência de problematização sobre a dupla dimensão do trabalho – como trabalho concreto e abstrato “ levou a que a reflexão sobre o trabalho do assistente social, no processo de produção e reprodução social, não tenha sido objeto dos desdobramentos teóricos relacionados às específicas condições em que se dá a mercantilização desta força de trabalho, pelo seu assalariamento e pelas formas através das quais ingressa (ou não) no reino do valor e da valorização do capital.

Contrariando essa tendência, no texto de Cardoso et al. (1997) encontra-se uma densa análise do estatuto profissional do Serviço Social como uma especialização do trabalho, bem como do assistente social como trabalhador assalariado, dotado de força de trabalho especializada, que, como qualquer outra mercadoria, dispõe de um valor de uso e um valor de troca. Com base nas categorias centrais da teoria do valor trabalho de Marx, os autores contribuíram para o aprofundamento das mediações teóricas fundantes do novo currículo, priorizando o núcleo de fundamentação do trabalho profissional e suas articulações com os demais núcleos que compõem o novo projeto de formação acadêmico-profissional.

Porém, permaneceu no debate do Serviço Social uma visão reducionista do trabalho como valor de uso, “esvaziado da sua dimensão de trabalho abstrato, marca do caráter social do trabalho nessa sociedade” (IAMAMOTO, 2007, p. 31). Além disso, é preciso considerar que a pers-

pectiva que apreende o trabalho como fundante da atividade profissional na sociedade capitalista madura, apesar de hegemônica no Serviço Social, está longe de ser consensual⁴. A meu juízo, isso remete à própria concepção de trabalho e seus desdobramentos na análise das metamorfoses do trabalho no capitalismo contemporâneo e seus rebatimentos no Serviço Social.

Nesse aspecto, há outras mediações a serem construídas, como as novas formas de extração do valor nas diferentes modalidades de trabalho, em sua morfologia atual, e a natureza do trabalho no “setor” de serviços. Assim também analisa Antunes (1999), chamando atenção para a interpenetração entre produção de mercadorias e produção de serviços, entre o trabalho material e imaterial, entre trabalho produtivo e improdutivo – questões que serão tratadas mais adiante.

1 Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho no Serviço Social

Em minha interpretação, Marx (1968, 1975) expõe em sua obra uma concepção ampliada do trabalho – ontológica e histórica – como intercâmbio do homem com a natureza, em um movimento que desencadeia a dupla transformação da natureza e do próprio gênero humano. O autor considera o trabalho como dispêndio de energia humana física e intelectual, cujo resultado é a produção de bens (mercadorias) materiais e simbólicos que visam satisfazer “necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 1968, p. 41).

Ao longo do cap. V de *O Capital*, Marx (1968) desenvolve densas elaborações sobre o processo de trabalho, considerando seus elementos simples e abstratos, como atividade voltada à criação de valores de uso necessários à satisfação de necessidades humanas. É entendido, portanto, “como condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 1968, p. 208).

Sendo a dimensão teleológica ineliminável do processo de trabalho, esse intercâmbio do homem com a natureza, cujo produto são bens materiais e simbólicos, é mediado por relações sociais de produção, que são históricas. Assim, nesse mesmo processo de criação de coisas úteis e de meios de subsistência, esse metabolismo do homem com a natureza cria ao mesmo tempo uma dada forma de sociabilidade que também se transforma historicamente com o desenvolvimento das forças sociais produtivas do trabalho: a *estranhada* e a *fetichizada*.

⁴ É conhecida a polêmica existente no meio acadêmico e na literatura do Serviço Social que questiona a atividade profissional de assistentes sociais como trabalho, a partir de distintas interpretações da obra de Marx. Entre outras, refiro-me aqui, especialmente, às reflexões de Lessa (2007) e Costa (2011).

Em relação ao estranhamento como atividade vital, Marx (2004) destaca:

1) A relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto estranho e poderoso sobre ele. Esta relação é ao mesmo tempo a relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza com um mundo alheio que se lhe defronta hostilmente. 2) A relação do trabalho com *ato da produção* no interior do *trabalho*. Esta relação é a relação do trabalhador com a sua própria atividade como uma [atividade] estranha não pertencente a ele, a atividade como miséria, a força como impotência, a procriação como castração. A energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*), tal qual acima o estranhamento da coisa. (2004, p. 83 – grifos no original).

Em consequência dos dois anteriores, o terceiro aspecto do estranhamento é o

do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio de sua existência *individual*. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência *humana*. (MARX, 2004, p. 85 – grifos no original).

Com relação ao fato de ser fetichizada:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do próprio trabalho. [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] chamo a isto fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1968, p. 81).

Essas formas de sociabilidade precisam ser desvendadas, assim como também os novos modos de extração do valor e as interrelações que se desenvolvem entre os diferentes setores produtivos, o que remete à discussão dos serviços, algo que nos interessa diretamente.

Ora, se ao problematizar o processo de trabalho na sociedade capitalista o desconectamos da forma histórica que assumem as relações sociais de produção, corre-se o risco de “desistoricizar” a análise e subtrair a dimensão propriamente social do trabalho. Portanto, o desafio é considerar a totalidade do processo de produção e reprodução social, no sentido de apreender

a historicidade que o trabalho assume na sociedade burguesa enquanto trabalho concreto e abstrato. Se assim não for, estaremos “elidindo [...] suas implicações no circuito da produção e distribuição do valor e/ou da mais valia, como se a forma-valor fosse um mero cerimonial” (IAMAMOTO, 2008, p. 31).

Contudo, identifico na literatura do Serviço Social visões reducionistas da concepção de trabalho, conforme observado por Iamamoto (2007, p. 54-55), que valem ser retomadas, ainda que em linhas gerais, pois expressam tendências presentes no debate marxista, com importantes consequências teóricas e políticas.

Uma *primeira tendência* é aquela que enfatiza a dimensão ontológica do trabalho dissociada das formas históricas de realização deste na sociedade capitalista. Por essa razão, é desconectada do trabalho no universo do valor e da valorização do capital. Ora, dada a relação de indissociabilidade entre trabalho concreto e abstrato, como já observado, e sendo o valor de uso mediação para o valor de troca (MARX, 1968, 1975), considero um equívoco tratar apenas um dos polos dessa totalidade, anulando a dialética de positividade e negatividade inerentes à realização do trabalho no capitalismo

Uma *segunda tendência* é aquela que concebe o trabalho na sociedade capitalista reduzido ao trabalho material, resultando daí que só é considerada trabalho a atividade de transformação direta da natureza, que produz coisas úteis e bens necessários à reprodução da vida material. Contudo, o trabalho, para Marx (1975), não se reduz à sua dimensão material. Em relação a esse aspecto, o próprio autor chega a chamar de “mania” a definição de trabalho em função de seu conteúdo material, identificando aí uma concepção fetichista da materialidade do trabalho, que apenas considera produtivo aquele que é decorrente da qualidade inerente aos “depositários materiais dessas determinações formais ou categorias” (MARX, 1975, p. 101). Nos termos do autor:

A mania que há de definir o *trabalho produtivo* e o *trabalho improdutivo* em função do seu conteúdo *material* provém de três fontes: 1) Da concepção fetichista, que é peculiar do modo de produção capitalista e deriva da essência do mesmo, segundo a qual há determinações econômicas formais, como, por exemplo, *mercadoria*, *trabalho produtivo*, etc., que constituem uma qualidade inerente em si e para si aos depositários materiais destas determinações formais ou categorias; 2) Do facto de que, se se considerar o processo de trabalho enquanto tal, só é *produtivo* o trabalho que desemboca num *produto* (produto material, já que aqui se trata apenas da riqueza material); 3) Que no processo *real* da reprodução – considerando os seus - com respeito à formação, etc. da riqueza, existe uma grande diferença entre o trabalho que se manifesta em artigos reprodutivos e o que se manifesta em meros artigos sumptuários [*luxuries*. Ing.]. (MARX, 1975, p. 101) – grifos no original).

Além disso, acrescenta-se que a produção imaterial também recebeu de Marx (1968; 1975) um tratamento específico, e não consta que ele não a considere trabalho, seja nas formas sociais (materiais e não materiais) envolvidas em sua produção, seja nos produtos criados pelos processos de trabalho, que podem ou não assumir uma configuração material. Ao contrário, como observa Santos (2013), suas afirmações caminham na direção de considerar o trabalho imaterial (intelectual) como parte componente da produção social de valor e/ou de mais-valia, a depender da sua participação direta e/ou socialmente combinada nesse processo.

A *terceira tendência* é aquela que aprisiona a produção ao espaço fabril e reduz a reprodução social à reprodução da força de trabalho. Aqui é necessário pontuar, a exemplo de Yamamoto (1982), que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução dos meios de produção, ou seja, força de trabalho e meios materiais de produção. Mais precisamente, as relações sociais de produção que ocorrem no *chão da fábrica* organizam não apenas a produção material, mas todas as dimensões da vida social.

Apoiando-me na análise gramsciana, a organização fabril atua como fator organizativo da sociedade, sendo assim matriz geradora não apenas da produção material, como também do senso comum, dos valores, da ideologia, das formas de consciência social. Nesses termos, a produção social não trata apenas da produção de objetos materiais, mas da relação social entre indivíduos, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas. Nesses termos, a produção não pode ser aprisionada ao espaço fabril nem restringida à reprodução da força de trabalho, pois se assim for estaremos incorrendo numa forma de “espacialização” e confinamento do movimento de produção e reprodução social às relações estritamente fabris.

Ademais, é importante observar, como faz Santos (2013, p. 114 – grifos no original), que “[...] na teoria marxiana os termos *fábrica* [Fabrik] e *indústria* [Industrie] não são sinônimos: seu conceito de indústria é muito mais amplo que os limites restritos da fábrica”. O autor segue afirmando que:

O termo *indústria*, em Marx, diz respeito a qualquer ramo explorado segundo o modo capitalista. Se a produção capitalista se apodera dos meios de transporte, estes passam a ser considerados peças subordinadas à indústria de transporte. A indústria tem existência para além da fábrica e existe no contexto de um modo de produção específico que se valoriza independentemente da natureza útil do resultado da produção. (SANTOS, 2013, p. 122 – grifo no original).

Essa noção ampliada de indústria na obra de Marx ganha maior relevância para a problematização do *trabalho nos serviços*, campo no qual se materializa o trabalho profissional, pois fornece indicações heurísticas para a compreensão da produção do valor para além do *chão da fábrica*.

2 O trabalho nos serviços e as profissões no capitalismo contemporâneo

A ampliação e diversificação do “setor” de serviços e do contingente de trabalhadores e trabalhadoras assalariados é um traço típico do capitalismo monopolista, sendo este o espaço por excelência ocupado pelas profissões, como o Serviço Social. Tal dinâmica se reconfigura e se complexifica com a introdução de novas formas de organização do trabalho, particularmente com a incorporação da ciência e da inovação tecnológica nos processos de produção, organização, gestão e controle do trabalho, no contexto em que a mundialização financeira expande as fronteiras do capital e destrava todos os limites para a sua reprodução ampliada.

O crescimento significativo do trabalho nesse amplo campo dos serviços, decorrente do movimento de reestruturação capitalista no contexto da hegemonia neoliberal, e a consequente redução do número de trabalhadores na indústria, têm desencadeado um intenso debate que busca explicitar *o que são serviços* e qual é a natureza desse tipo de atividade, que cresce veloz e significativamente em todo o mundo, tanto nos países centrais quanto na periferia capitalista.

No âmbito das Ciências Sociais, e no debate marxista em particular, as teses sobre o fim do trabalho e a suposta centralidade assumida pelo *trabalho imaterial* pretenderam colocar em xeque a potência explicativa da teoria do valor trabalho de Marx (1968) face às transformações dos processos produtivos no capitalismo monopolista, sob os determinantes da mundialização financeira. Esse cenário fez emergir a polêmica sobre os serviços e a natureza deste trabalho, interpelando também esquemas analíticos sobre o assim denominado “terciário” e implodindo a clássica tripartição dos departamentos econômicos com a divisão do trabalho em atividades primárias, secundárias e terciárias⁵.

Uma síntese do pensamento de vários autores sobre a noção de *trabalho imaterial* pode ser encontrada em Amorim (2014, p. 34), para quem

o trabalho imaterial é apresentado como um trabalho sem substância física e que tem sua fonte predominante em trabalhos intelectuais que podem estar relacionados à prestação de serviços, à administração, à gerência e ao controle dos processos de trabalho, ou mesmo a atividades produtivas que têm como fundamento o conhecimento e a informação utilizados dentro dos processos de trabalho. A informação e o conhecimento são, assim, considerados o núcleo duro do trabalho imaterial.

Interessa trazer as contribuições de analistas que enfrentam essa discussão a partir dos fundamentos da teoria social de Marx e do debate marxista, evidenciando a atualidade dessa contribuição, sem pretender que

⁵ Uma crítica a esse esquematismo pode ser encontrada em Oliveira (1979).

suas formulações possam abranger as múltiplas e novas dimensões postas pelo capitalismo do século XXI, sob a hegemonia neoliberal. Refiro-me ao conjunto de complexas questões relacionadas às novas formas de extração do valor nas diferentes modalidades de trabalho em sua morfologia atual, considerando as fronteiras cada vez mais tênues entre produção de mercadorias e *produção* de serviços, para “satisfazer necessidades do estômago ou da fantasia”, citando a conhecida expressão de Marx (1968).

Ainda nesse contexto, é necessário um esforço adicional para decifrar a dinâmica daquelas profissões, que, como o Serviço Social, atuam no espaço ocupacional da prestação de serviços sociais públicos, notadamente daqueles que se operacionalizam no âmbito das políticas sociais estatais, principal mediação, embora não exclusiva, do trabalho de assistentes sociais (RAICHELIS, 2013). Essa questão coloca em discussão o fundo público e a natureza dos serviços prestados pelo Estado, que *em tese* não têm o objetivo de produzir mercadorias e/ou extrair valor nem mais-valia, a não ser quando estes serviços são organizados sob a lógica da indústria capitalista, como é o caso das empresas estatais. Nas palavras de Iamamoto (2007, p. 430):

Na órbita do Estado, a alienação, enraizada na divisão do trabalho, manifesta-se sob formas particulares, como o já indicado, impregnando as atividades dos servidores públicos. Também nos ramos da divisão do trabalho em que o capital assume as formas de mercadoria e de dinheiro – no comércio e nas atividades financeiras –, o trabalho, a ele submetido, interfere no tempo de circulação do capital, acelerando a sua rotação, mas não atua na criação da mais-valia, ainda que o trabalho aí realizado esteja inscrito no universo do valor.

Nogueira (2005, p. 79), em sua análise sobre o sindicalismo no setor público brasileiro, aponta que as especificidades das relações de trabalho no setor público devem ser consideradas, na medida em que “são relações entre não-proprietários de meios de produção entre si (funcionários e governos ou governantes e dirigentes), em vez de relações diretamente capitalistas”. Isso implica considerar, nos termos discutidos por Marx (1975) no Capítulo VI, Inédito, que não há, nas atividades do Estado de administração, controle e prestação de serviços públicos, a produção direta de valor, sendo o trabalho assalariado, nesse âmbito, improdutivo, ainda que inscrito no circuito do valor de troca.

Contudo, se essa argumentação aparentemente consensual parece encerrar a polêmica, novas questões instigam o debate. Além disso, também revelam os nexos do fundo público e das políticas sociais com os circuitos do valor e da reprodução ampliada do capital em múltiplas dimensões, como observa Behring (2010, p. 20), atuando tanto na reprodução do capital como na reprodução da força de trabalho, a exemplo do que ocorre na implementação de políticas sociais. A autora aponta que:

Sobre a política social, como aplicação do fundo público, ela [política social] participa do processo de incremento da rotação do capital e, portanto, do circuito do valor. Por meio da política social o Estado realiza compras, contrata força de trabalho, pagando seus salários, transfere renda e até contrai dívidas em seu nome [...]. A política social, inclusive, transfere recursos para os bancos para a gestão dos programas de transferência de renda. (BEHRING 2010, p. 178).

Ainda que não haja produção direta de mais-valia no trabalho do setor público estatal, isto não significa que não haja exploração do trabalho pelo Estado (NOGUEIRA, 2005), tese também controversa neste debate. Nesses termos, sendo as políticas sociais e os serviços sociais públicos e matéria por excelência do trabalho profissional, novas controvérsias surgem no que respeita às relações e organização do trabalho no Estado e às formas de subsunção do trabalhão assalariado ao empregador estatal (governos ou dirigentes).

Em relação ao trabalho nas políticas sociais, assistentes sociais são convocados a participar de processos de *trabalho coletivo, combinado e cooperado* em diferentes áreas e em diversos níveis, seja na formulação e execução direta de serviços sociais a parcelas da classe trabalhadora; seja, ainda, em atividades de planejamento, informação e gestão, trocando *trabalho socialmente necessário* por salário (MARX, 1968). Assume-se, nesses termos, essa relação comum e característica ao assalariamento em todo mercado de trabalho capitalista, inclusive com a presença de um exército de desempregados que exercem pressão para o rebaixamento dos níveis salariais.

Esse conjunto de elementos torna a análise do *trabalho nos serviços* mais complexa nessa quadra do capitalismo monopolista, com prevalência da financeirização e da hegemonia neoliberal, impondo cautelas para evitar transposições mecânicas, principalmente quando se trata dos serviços no espaço estatal. Esse é o desafio maior, ainda mais considerando a exiguidade de pesquisas e estudos voltados para decifrar o *processamento do trabalho* como expressão do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2007), bem como a atividade exercida por assistentes sociais. Essa atividade é apreendida como uma especialização do trabalho social na sociedade do capital, nas específicas condições em que se insere na divisão social, *sexual* e técnica do trabalho.

Com essa formulação incorporamos a elaboração de Hirata e Kergoat (2007, p. 599), para quem:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das

funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Com o advento do capitalismo, muitas atividades que antes eram exercidas gratuitamente ou remuneradas de forma indireta, como as realizadas por “profissionais liberais”, foram se transformando em trabalho assalariado, embora não produzissem necessariamente mais-valia, a não ser quando se realizassem diretamente para o capitalista, tornando seus partícipes trabalhadores produtivos (MARX, 1968, 1975).

Os serviços, para Marx (1975), são, em princípio, improdutivos, em função de serem trabalhos trocados por renda e não por capital, permanecendo, portanto, no nível de valores de uso. Contudo, muitas dessas atividades, como a Medicina, a Engenharia, o Direito, e, acrescento o Serviço Social, em muitos casos, foram proletarizadas, passando a ser exercidas por empresas organizadas na forma capitalista e que buscam ampliar a valorização do capital.

Há que se considerar, entretanto, que, no contexto da sociedade capitalista inglesa do século XIX, os serviços constituíam magnitudes insignificantes se comparadas ao volume da produção capitalista. Ora, não é o que acontece hoje, quando o trabalho no “setor” de serviços compreende a maior parte dos empregos das economias centrais e periféricas, sendo difícil concebê-lo invariavelmente “como expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que esse não é útil como coisa mas como atividade” (MARX, 1975, p. 102 – grifos do autor). Da mesma forma, também não é possível concebê-lo como formas históricas em transição (MARX, 1968, 1975).

Para Braverman (1981), o crescimento dos serviços e do pessoal empregado nesse âmbito se deve à penetração cada vez mais intensa do capital nos diversos setores da vida, transformando antigas formas de cooperação mútua, social, familiar e comunitária em atividades comercializáveis no mercado, especialmente a partir do capitalismo monopolista. Em suas reflexões, o autor vai revelando a tendência do capitalismo monopolista à degradação do trabalho, no sentido do declínio das qualificações e da simplificação, ampliando o controle capitalista sobre o processo de trabalho por meio da separação entre atividades de concepção e de execução.

Por outro lado, ao analisar a nova composição da *classe que vive da venda de sua força de trabalho*, Braverman (1981) observa que, diferentemente da pequena burguesia pré-monopolista e das massas de classe média já desaparecidas, o capitalismo monopolista gerou outra massa de emprego não desprezível, que corresponde cada vez mais à definição de classe trabalhadora proletarizada. Essas novas ocupações devem ser entendidas como atividades da classe trabalhadora, mesmo aquelas de natureza não material, como no trabalho com a tecnologia de ponta nas centrais de teleatividade, nas atividades de serviços em geral e no trabalho nos escritórios.

Cabe ressaltar que Oliveira (1988), em finais da década de 1980, já se referia à “revolução dos serviços” com a instalação dos escritórios de computação e processamento de dados, laboratórios de pesquisa, escritórios de publicidade em que o progresso da divisão social do trabalho borra as fronteiras entre as mercadorias e os serviços. Essa situação o leva a indagar, por exemplo, se o processamento de dados seria uma mercadoria ou um serviço.

Na mesma direção, Antunes (1999), com base em evidências teóricas e empíricas da dinâmica de reestruturações e inovações que têm atingido o capitalismo em seu metabolismo com o capital, elaborou a noção ampliada sobre as novas formas de ser da *classe-que-vive-do-trabalho*. O autor esclarece, contudo, que não se trata de um novo conceito de classe, mas de um esforço analítico para atualizar a compreensão marxista de classe social e apreender a complexificação e diversificação do proletariado, notadamente com a expansão significativa do trabalho nos serviços nas últimas décadas. Em sua composição heterogênea e compósita, além dos trabalhadores assalariados produtivos dos distintos ramos, para o autor, a *classe-que-vive-do-trabalho* é composta pelo imenso contingente de trabalhadores improdutivos localizados no setor de serviços (bancos, comércio, turismo, telemarketing, serviços públicos etc.), até os trabalhadores que realizam atividades nas fábricas e escritórios, mas não criam diretamente valor, além do exército de trabalhadores precarizados, terceirizados e desempregados urbanos e rurais.

Antunes (1999), em suas pesquisas sobre a nova composição da classe trabalhadora, desde os anos de 1990, observa que a expansão das empresas de *call centers* e *telemarketing* e das empresas de tecnologias de informação e comunicação, cada vez mais imprescindíveis para a redução do tempo de circulação do capital, acabou por incentivar a expansão do trabalho nos serviços e uma massa de novos trabalhadores e trabalhadoras – o *novo proletariado de serviços*. O autor conclui afirmando que vem ocorrendo no mundo contemporâneo

uma crescente interação, inter-relação e interpenetração entre atividades produtivas e improdutivas, entre as atividades fabris e as de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que se expandem fortemente no mundo do capital e de seu sistema produtivo. (ANTUNES, 1999, p. 134).

Por sua vez, Dal Rosso (2014, p. 76), em sua reflexão sobre a teoria do valor e do trabalho produtivo no setor de serviços, observa também o seu significativo crescimento como empregador de força de trabalho e a grande abrangência que vem assumido nas últimas décadas em todo mundo, compreendendo um conjunto muito amplo de ações que possibilitam a circulação e o consumo de mercadorias, além de diversas atividades agregadas.

Nota final

Nessa nota que chamamos final, o que não quer dizer conclusiva, em função da complexidade das questões tratadas, importa destacar, como faz Dal Rosso (2014, p. 78), que “não cabem dúvidas de que serviço é trabalho” e deve ser analisado a partir desta angulação.

Questão de outra natureza, como adverte o autor, é a discussão sobre o caráter produtivo ou improdutivo desse trabalho, assim como as distintas formas de subsunção desta atividade ao capital, considerando os aportes de Marx e da teoria do valor trabalho. É certo, porém, que as características do trabalho assalariado e socialmente necessário à acumulação capitalista independem de sua natureza produtiva ou improdutiva na geração de valor para o capital, especialmente se considerarmos a ótica do trabalho coletivo, combinado e cooperado.⁶

Assim, o trabalho no campo dos serviços como *trabalho em processo* não se autonomiza do labor desenvolvido pelo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras assalariados, na subsunção formal ou real do trabalho ao capital, ainda que com particularidades, dependendo da forma que este assume nas distintas áreas e nas diferentes relações concretas em que se insere.

Na esteira das análises de Marx (1968, 1975), o resultado de um serviço pode ser uma mercadoria vendida ao consumidor ou a prestação de um serviço de saúde, por exemplo: pode se separar ou não de seu produtor; pode assumir forma material ou imaterial, tendo realidade corpórea ou não; pode ser produtor direto de mais-valia ou não; e pode envolver diferentes conteúdos em sua realização. Esse conjunto de dimensões que pode assumir o trabalho no “setor” de serviços simplesmente ilustra o princípio de que, para o capitalismo, o que importa não é o conteúdo ou a materialidade do trabalho, mas sua *forma social*, historicamente situada, e a capacidade de produzir, como trabalho assalariado, lucro para o capitalista e valorização do capital, ainda mais em seu estágio monopolista. Esse estágio tende a suprimir as diferenças entre formas de trabalho para submetê-las todas ao domínio do trabalho abstrato (BRAVERMAN, 1981, p. 308).

Demarcam-se, assim, as profundas transformações que advêm do processo de aprofundamento e complexificação da divisão social, *sexual* e técnica do trabalho, “sendo absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual directo” (MARX, 1975, p. 94). É nesse circuito que o trabalho, no âmbito do Serviço Social, foi problematizado à luz da teoria do valor trabalho. Por esse caminho analítico, não há como separar ou dicotomizar *trabalho e profissão*, tampouco deixar de reconhecer a atividade de assistentes sociais como trabalho, bem como o

⁶ Para aprofundamento, ver: Marx (1975) e Dal Rosso (2014).

sujeito vivo dessas relações como trabalhador assalariado, no âmbito das determinações e relações sociais da qual é partícipe.

A reestruturação produtiva do capital e do trabalho, que reconfigura as relações, condições e organização do trabalho no capitalismo contemporâneo, atinge também o Serviço Social e seus trabalhadores e trabalhadoras nos serviços implementados pelas políticas sociais, onde exercem funções de execução, elaboração e gestão, atuando na mediação do acesso a direitos sociais da classe trabalhadora, principalmente das camadas mais subalternizadas.

Tais situações evidenciam plenamente a condição do assistente social como trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho em troca de um salário, enquanto sujeito que participa, através de complexas mediações, do circuito do valor e/ou da valorização do capital, subsumido a mecanismos próprios do trabalho abstrato.

Ainda que as relações de trabalho, na esfera do Estado, não se estabeleçam entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, elas estão referidas à totalidade das relações de produção capitalistas, das quais emergem as fontes dos conflitos do trabalho no setor público. Significa, portanto, que estão presentes entre empregadores públicos e trabalhadores assalariados relações de exploração, subordinação e alienação que envolvem disputas em relação à apropriação do tempo de trabalho socialmente necessário e seu pagamento, consubstanciados no contrato, na definição da jornada e do valor dos salários, além da luta pelos meios e instrumentos de trabalho disponibilizados para a realização do trabalho complexo e socialmente referenciado – nos termos definidos pelo Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro.

Tais questões continuam a desafiar a análise e o debate coletivo sobre o trabalho no Serviço Social, e demandam a continuidade de pesquisas sobre as relações sociais concretas que circunscrevem o trabalho de assistentes sociais. Ainda que seja consenso reconhecer o fato de o assistente social ser um trabalhador assalariado e, portanto, compartilhando situações comuns a todos os demais (intensificação, precarização, flexibilização, baixos salários, perda de direitos etc.), é preciso avançar na *pesquisa concreta de situações concretas*. Além disso, também se faz necessário enfrentar os desafios teóricos implicados na reflexão sobre a dupla natureza do trabalho do assistente social no campo da prestação de serviços à classe trabalhadora; portanto, no âmbito da produção e reprodução social como processos inseparáveis.

Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho* – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BEHRING, E. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). *Capitalismo em crise* – política social e direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista* – a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARDOSO, I. C. da C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 7, 1997.

COSTA, G. M. da. *Serviço Social em debate*. Ser social, trabalho e ideologia. Maceió: Edufal, 2011.

DAL ROSSO, S. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, jan./abr., 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche* – capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

LESSA, S. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. Livro 1, vol. 1, vol. 2. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

_____. Capítulo inédito de *O Capital* – resultados do processo de produção imediato. Portugal: Publicações Escorpião, 1975.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

NOGUEIRA, A. J. F. M. *A liberdade desfigurada* – a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

OLIVEIRA, F. de. O surgimento do anti-valor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 22, out., 1988.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *Serviço Social e Sociedade* – Edição Especial: Proteção Social, São Paulo, n. 116, out./dez., 2013.

SANTOS, V. O. *Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DOI: 10.12957/rep.2018.36691

Recebido em 04 de junho de 2018.

Aceito para publicação em 11 de junho de 2018.

A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.